

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 10/08/2017

- [Senado aprova PEC que torna estupro crime imprescritível](#)
- [Apenas 40% das crianças são alimentadas exclusivamente com leite materno nos 6 primeiros meses de vida](#)
- [Municípios de 18 Estados ainda podem se inscrever no Selo UNICEF](#)
- [#PaternidadeResponsável Carta endereçada à sociedade civil e ao Estado](#)
- [Ferramenta pode ajudar a reduzir evasão escolar](#)
- [Como políticas de tempo integral impactam alunos e escolas](#)
- [Pesquisas apontam educação como 'escudo' contra criminalidade](#)
- [Comissão mista aprova MP que altera regras para registro de nascimento](#)
- [Especialistas debatem as consequências de abrigos para crianças](#)
- [Estratégia de adoção: pais para crianças e não crianças para os pais](#)
- [Seminário debate direitos das crianças nas metrópoles e importância de programas de proteção integral à infância](#)
- [GT de Educação Infantil entrega contribuições da Rede Nacional Primeira Infância à terceira versão da Base Nacional Comum Curricular](#)
- [Juízes defendem famílias acolhedoras como alternativa aos abrigos](#)
- [TJPB: Juízes discutem serviço de regionalização de acolhimento para crianças e adolescentes](#)
- [Série “Um olhar sobre a adoção” - Adoção e futebol: um gol de placa](#)

Assunto: Senado aprova PEC que torna estupro crime imprescritível
--

Fonte: Agência Brasil

Data: 09/08/2017



Mariana Jungmann - Repórter da Agência Brasil

O plenário do Senado aprovou hoje (9), em segundo turno, a proposta de emenda à Constituição que torna imprescritíveis os crimes de estupro. O texto, do senador Jorge Viana (PT-AC), foi aprovado por 61 votos favoráveis e nenhum contrário e segue agora para a Câmara dos Deputados.

Com isso, não haverá mais tempo mínimo para que as vítimas desse tipo de crime façam a denúncia à Justiça. Hoje, esse prazo é de 20 anos, após o qual, mesmo que a vítima denuncie, o autor do crime não pode mais responder por ele. A lei atual estabelece que o estupro é crime inafiançável e hediondo, o que agrava a pena e reduz o acesso a benefícios relacionados à execução penal.

Apesar das punições já mais duras, a relatora da matéria, senadora Simone Tebet (PMDB-MS), acredita que a retirada da prescrição será importante especialmente nos casos em que a vítima é criança e só tem condições de denunciar depois de adulta.

Além dos casos de menores de idade e de situações em que o abuso ocorre dentro do ambiente familiar, há ainda casos em que as vítimas têm vergonha de denunciar porque sofrem preconceito a respeito do local em que estavam ou da roupa que estavam usando, na opinião da senadora.

“É esse lapso de tempo que fertiliza a impunidade, e é essa impunidade que se pretende combater, ao tornar o estupro, como o racismo, um crime imprescritível”, afirmou a relatora.

Para o autor da proposta, a mudança vai ajudar a revelar casos mesmo após muitos anos.

“Esta Proposta de Emenda a Constituição é uma resposta, é uma voz que vai se sobrepor ao silêncio que temos hoje desse quase meio milhão de crimes de estupro [por ano] que o Brasil vive e silencia”, afirmou Jorge Viana.

Para o senador, a mudança constitucional “manda um recado duro para os estupradores que fazem do Brasil um país campeão de estupros, dizendo: 'olha, se você cometer um estupro, a qualquer momento você pagará por ele’”.

Edição: **Amanda Ciegliniski**

Assunto: Apenas 40% das crianças são alimentadas exclusivamente com leite materno nos 6 primeiros meses de vida

Fonte: ANDI

Data: 01/08/2017



Nenhum país do mundo atende plenamente aos padrões adequados de aleitamento materno, aponta relatório divulgado nesta terça-feira (1º) pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e pela [Organização Mundial da Saúde](#) (OMS). Elaborado em parceria com o *Global Breastfeeding Collective*, o documento aponta que, em média, apenas 40% das crianças com menos de seis meses de idade são alimentadas exclusivamente com o leite materno, tal como recomendado pela OMS.

Apenas 23 dos 194 países analisados registraram índices de amamentação exclusiva nessa faixa etária acima dos 60%. No Brasil, o índice é de 38,6%. As duas agências da ONU lembram que o aleitamento materno é crucial durante o primeiro semestre de vida dos bebês, ajudando a prevenir a diarreia e a pneumonia — as duas principais causas de morte em lactentes.

A amamentação também está associada a benefícios para as mães. Quem amamenta tem risco reduzido de câncer de ovário e de mama, as duas principais causas de morte entre as mulheres.

“A amamentação dá aos bebês o melhor começo possível na vida”, defendeu o diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus. “O leite materno funciona como a primeira vacina de um bebê, protegendo-os de doenças potencialmente mortais e dando-lhes todo o alimento de que precisam para sobreviver e prosperar.”

O relatório da OMS e do UNICEF foi lançado no início da Semana Mundial do Aleitamento Materno, celebrada de 1º a 7 de agosto. O documento foi divulgado com uma nova análise matemática. Cálculos revelam a necessidade de um investimento anual de apenas 4,7 dólares por recém-nascido para aumentar para 50% a taxa média global de amamentação exclusiva entre crianças com menos de seis meses de idade.

A publicação *Nurturing the Health and Wealth of Nations: The Investment Case for Breastfeeding* sugere que o cumprimento desse objetivo poderia salvar a vida de 520 mil crianças com menos de cinco anos. Alcançar a meta também poderia gerar ganhos econômicos de 300 bilhões de dólares em dez anos – isso seria fruto de uma redução em casos de doenças e de custos com cuidados de saúde, bem como de um aumento da produtividade.

“A amamentação é um dos investimentos mais efetivos e rentáveis que as nações podem realizar em favor da saúde de seus membros mais jovens e da saúde futura de suas economias e sociedades”, afirmou o diretor-executivo do UNICEF, Anthony Lake. “Ao não investir na amamentação, estamos falhando com as mães e seus bebês e pagando um preço duplo: em vidas e oportunidades perdidas.”

As análises feitas pelos organismos internacionais e pelo *Global Breastfeeding Collective* mostram ainda que, em cinco das maiores economias emergentes do mundo — China, Índia, Indonésia, México e Nigéria —, a falta de investimentos em amamentação leva a aproximadamente 236 mil mortes de crianças por ano. As perdas econômicas são estimadas em 119 bilhões de dólares.

Em todo o mundo, os recursos disponibilizados para incentivar o aleitamento materno são muito baixos. Anualmente, os governos dos países de baixa e média renda gastam cerca de 250 milhões de dólares na promoção da amamentação. Doadores internacionais fornecem apenas 85 milhões de dólares a mais.

Recomendações

Coliderado pelo UNICEF e pela OMS, o *Global Breastfeeding Collective* é um coletivo que busca angariar apoio político, jurídico, financeiro e público para promover a amamentação. A iniciativa fez recomendações aos Estados-membros da ONU. Entre as medidas sugeridas, estão:

- Aumentar o financiamento para elevar as taxas de amamentação desde o nascimento até os dois anos de vida;
- Implementar plenamente o Código Internacional de Comercialização de Substitutos do Leite Materno e as resoluções pertinentes da Assembleia Mundial da Saúde por meio de fortes medidas legais que são aplicadas e monitoradas de forma independente, por organizações livres de conflitos de interesses;
- Promover a licença familiar remunerada e as políticas de amamentação no local de trabalho, com base nas diretrizes de proteção da maternidade da Organização Internacional do Trabalho (OIT) como requisito mínimo, incluindo provisões para o setor informal;
- Implementar os dez passos para o êxito da amamentação nas maternidades, incluindo o fornecimento de leite materno para recém-nascidos doentes e vulneráveis;
- Melhorar o acesso ao aconselhamento qualificado para a amamentação, que deve ser parte das políticas e programas integrais de amamentação em estabelecimentos de saúde;
- Fortalecer os vínculos entre as unidades de saúde e as comunidades, além de incentivar redes comunitárias para que protejam, promovam e apoiem a amamentação;
- Reforçarem os sistemas de monitoramento que acompanham o progresso das políticas, programas e financiamento para alcançar metas nacionais e globais de amamentação.

Os 23 países que alcançaram taxas de amamentação exclusiva acima dos 60%, entre crianças com menos de seis meses de idade, são Bolívia, Burundi, Cabo Verde, Camboja, Coreia do Norte, Eritreia, Quênia, Kiribati, Lesoto, Malauí, Micronésia, Nauru, Nepal, Peru, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Ilhas Salomão, Sri Lanka, Suazilândia, Timor-Leste, Uganda, Vanuatu e Zâmbia.

Fonte: ONU Brasil

Assunto: Municípios de 18 Estados ainda podem se inscrever no Selo UNICEF

Fonte: ANDI

Data: 01/08/2017



As inscrições para a o Selo UNICEF – Edição 2017-2020 foram prorrogadas e continuam abertas. Podem se inscrever 2.278 municípios do Semiárido e da Amazônia Legal Brasileira **até o dia 31 de agosto**. A iniciativa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) estimula que os municípios implementem políticas públicas para a garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes. Os documentos para a inscrição podem ser acessados em <http://www.selounicef.org.br>

Nos próximos quatro anos, os municípios inscritos deverão investir em ações para melhorar a oferta e a qualidade de serviços de saúde, educação, assistência social e participação, visando produzir impactos reais e positivos na vida de crianças e adolescentes. O Selo UNICEF é uma certificação internacional com objetivo de mobilizar a sociedade, poder público e parceiros em reconhecimento aos avanços registrados pela infância e adolescência.

"O UNICEF capacita os gestores municipais e define os indicadores que ajudarão a monitorar os resultados das ações. Mas esses resultados só aparecem em consequência de um trabalho intersetorial no município", diz o representante do UNICEF no Brasil, Gary Stahl.

Quem pode se inscrever

Podem aderir ao Selo os municípios localizados em nove Estados do Semiárido (Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe) e nos nove Estados que compõem a Amazônia (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins).

Resultados concretos

Na edição 2013-2016, o Selo UNICEF recebeu 1.745 inscrições de municípios na Amazônia e no Semiárido. Mesmo diante de desafios econômicos e sociais, 504 municípios brasileiros foram certificados pelo Selo UNICEF, apresentando melhoria em diferentes indicadores, muitas vezes com desempenho superior à média nacional.

"Os resultados aparecem para quase todos os municípios que participam, não apenas para aqueles que são certificados. A certificação é um reconhecimento àqueles que melhoram mais do que a média", explica o representante do UNICEF no Brasil.

Além dos 504 municípios certificados na última edição, outros 448 municípios concluíram todas as etapas da iniciativa e, mesmo não atingindo todas as metas para conseguir a certificação, registraram avanços significativos para infância e adolescência.

Tanto os municípios certificados quanto aqueles que cumpriram todas as etapas (no total, 952 municípios avaliados) realizaram ações concretas e conseguiram melhorar indicadores sociais em áreas como saúde, educação, proteção e participação social.

Redução da mortalidade infantil: De 2011 a 2014, a taxa de mortalidade infantil caiu 5,2% no Brasil. Nos municípios certificados pelo Selo UNICEF em 2016, a queda foi de 8,1% no Semiárido e 9,8% na Amazônia. A queda se deve a um conjunto de medidas adotadas por esses municípios, como o aumento do acesso ao pré-natal.

Acesso e permanência na escola: De 2012 a 2015, a taxa de abandono no ensino fundamental caiu 34% entre os municípios certificados pelo Selo no Semiárido e 18,9% entre os da Amazônia, enquanto no Brasil a redução foi de 26% (de 2,4% para 1,7% no mesmo período).

Enfrentamento do trabalho infantil e da violência sexual: No Semiárido, 491 municípios realizaram ações de informação e comunicação de prevenção à violência sexual e 451 ao trabalho infantil. Na Amazônia, 147 municípios realizaram campanhas de combate ao trabalho infantil e 134 realizaram projetos voltados ao atendimento de medidas socioeducativas em meio aberto, incluindo capacitação de equipes e serviços de referência.

Participação social: Ao todo, 525 municípios participantes do Semiárido criaram Núcleos de Cidadania dos Adolescentes (NUCAs), envolvendo 11.500 meninos e meninas, que se tornaram mobilizadores de outros adolescentes. Na Amazônia, foi criada a rede Juventude Unida pela Vida na Amazônia (JUVA), que realizou quatro encontros regionais, mobilizando mais de 10 mil crianças e adolescentes.

Sobre o UNICEF – O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) promove os direitos e o bem-estar de cada criança em tudo o que faz. Com seus parceiros, trabalha em 190 países e territórios para transformar esse compromisso em ações concretas que beneficiem todas as crianças, em qualquer parte do mundo, concentrando especialmente seus esforços para chegar às crianças mais vulneráveis e excluídas.

Mais informações para a imprensa:

Assessoria de Comunicação do UNICEF

Bruno Viécili

Telefone: (71) 3183 5700 – E-mail: bviécili@unicef.org

Ida Pietricovsky de Oliveira

Telefone: (91) 3073 5700 – E-mail: ipoliveira@unicef.org

Assunto: #PaternidadeResponsável Carta endereçada à sociedade civil e ao Estado

Fonte: ANDI

Data: 02/08/2017



Muitos de nós quando pequenos sonhávamos fazer a diferença no mundo. Idealizávamos profissões como bombeiro, policial, astronauta ou jogador de futebol para ganhar a Copa do Mundo e fazer a felicidade do nosso país. Eu, por exemplo, quis ser Lixeiro. Achava bárbaro poder subir e descer do caminhão em movimento, além de poder ajudar a manter a cidade limpa, uma questão que sempre me incomodou desde criança. Uma profissão até hoje que valorizo muito.

Há também aqueles que viam a oportunidade de salvar o mundo se adquirissem superpoderes, como Superman, Batman, Homem de Ferro, Flash, Homem-Aranha, entre outros.

Creemos e, no mundo real, pouco daqueles sonhos e idealismos permaneceram vivos. A maioria de nós sobrevive entre o trabalho e a casa, o supermercado e a padaria, e, quem sabe, uma caminhada no parque de vez em quando.

Até nos tornamos pais! A paternidade é um dos caminhos para se revelar o que temos de mais profundo em nossa construção individual. Como pais vislumbramos a chance de preencher aquele anseio que, desde a infância, incita-nos a ser grandes. A paternidade não acontece somente na geração de uma nova vida, mas em toda formação desse outro ser humano. A cada fase da criança, há uma nova oportunidade de o pai se reinventar enquanto “CUIDADOR” e se melhorar como ser humano.

A importância da figura paterna

A paternidade e o envolvimento nas tarefas domésticas e de cuidado, independente de gênero, importam SIM! É o que revela o crescente conjunto de estudos produzidos no mundo inteiro sobre o tema ao longo das últimas duas décadas. Existem evidências claras sobre o impacto positivo do envolvimento do pai no cuidado, especialmente para a saúde materno-infantil, desenvolvimento cognitivo da criança, empoderamento da mulher, além de apresentar consequências positivas para a saúde e bem-estar dos próprios pais.

A [ONG ProMundo](#) lançou em 2016 o primeiro relatório [Situação da Paternidade no Brasil](#), que também pretende realçar a limitação desses dados e estimular a sua produção por agências do governo, instituições acadêmicas, pesquisadores independentes, ONGs e demais interessados.

Diz a [Constituição Federal do Brasil, no Capítulo VII, artigo 266, parágrafo 7º](#): “Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.”

A construção do conceito de “paternidade responsável” exige uma desconstrução do modelo anterior (pai responsável = pai provedor) para uma visão moderna que ressalta o fenômeno na sua integralidade. A discussão em torno da promoção da paternidade e do cuidado também se relaciona diretamente com a luta pela superação das desigualdades entre homens e mulheres.



Desconstruindo um modelo

Estudos realizados por redes como [Rede Nacional Primeira Infância](#) e de Organizações como [Instituto Papai](#), apontam que o investimento em políticas de valorização da paternidade e do papel do homem como cuidador tem o potencial de desconstruir um modelo dominante de masculinidade – patriarcal e machista – que reforça a desigualdade de gênero, abrindo caminho para a construção de outros modelos não violentos, baseados no afeto e no cuidado.

Na psicanálise, a função paterna, é um conjunto de funções/ações que podem ser exercidas por qualquer pessoa que assuma esse papel/figura perante a criança, independentemente do gênero e da sua ligação sanguínea.

Por esse motivo, a plataforma de formação paterna 4daddy levanta as bandeiras da paternidade ativa baseada numa criação afetiva, social e cidadã, e visa reposicionar a figura paterna nessa nova dinâmica.

Uma causa

Queremos aqui formalizar o nosso manifesto: **#paternidaderesponsável – Um ato, um direito, uma escolha!**

Um ato, pois queremos chamar a sociedade civil para “exercerem” a função paterna baseada numa criação afetiva, social e cidadã de nossas crianças e adolescentes. Trata-se de atitude/ato social e político de conscientização.

Um direito, por que ser e ter um “pai” é um direito. Seja homem ou mulher, toda criança tem o direito de ter a figura paterna presente em sua vida. E todo cuidador(a) adulto tem o direito de exercer essa função assistido(a) pelo Estado.

Uma escolha, já que as funções paternas podem ser exercidas por qualquer adulto que tenha sob sua responsabilidade uma criança e/ou um adolescente. Independente do gênero ou orientação sexual, grau de parentesco biológico ou afetivo desse adulto. Ser pai, cumprindo suas obrigações legais, não é necessariamente exercer essa paternidade de forma afetiva e social. Ser cuidador, seja mãe ou pai, afetivo ou biológico, é uma escolha!

Apoie essa ideia, compartilhando esse manifesto! Convidamos a todos e todas, Estado, organizações privadas e públicas a se juntarem conosco para continuarmos construindo essa nova ideia. Estamos abertos para conversas e debates sobre o tema, e todos os assuntos a ele correlatos.



Clique no link abaixo e acesse o vídeo:

<https://www.youtube.com/watch?v=GVSMInY0P3Y&feature=youtu.be>

Assunto: Ferramenta pode ajudar a reduzir evasão escolar

Fonte: ANDI

Data: 09/08/2017



Veículo:

Diário do Nordeste

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) apresenta hoje (9) aos gestores municipais cearenses a plataforma Busca Ativa Escolar, que pretende ajudar as secretarias de educação do Estado a identificarem crianças e adolescentes que abandonaram os estudos e criarem ações que incentivem o retorno à escola. Recém-lançada pela entidade, a ferramenta é uma das estratégias para garantir o direito à educação no País. De acordo com dados mais recentes da Secretaria de Educação do Estado (Seduc), entre 2014 e 2015, o percentual de evasão foi de 2% entre o 1º e o 5º ano do Ensino Fundamental; 6% entre o 6º e 9º; e 11% no Ensino Médio.

A divulgação da plataforma acontecerá durante o 16º Fórum Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, que acontece em Fortaleza até sexta-feira (11). Júlia Ribeiro, oficial de Educação do Unicef no Brasil, afirma que a plataforma poderá ser utilizada por todos os municípios cearenses. A ideia é que, em cada cidade, profissionais que trabalhem diariamente com visitas domiciliares (a exemplo dos agentes de saúde) possam, a partir das entrevistas com as famílias, identificar e registrar casos de evasão escolar, além dos motivos que levaram ao abandono.

Os dados serão utilizados para mapear crianças e adolescentes fora da escola. Com base nas principais causas da evasão, as secretarias deverão acionar uma rede intersetorial de enfrentamento. Hoje, de acordo com o Unicef, questões relacionadas ao transporte escolar, à gravidez na adolescência, ao trabalho infantil e à violência dentro e no entorno das escolas são as maiores responsáveis pelo abandono dos estudos.

“O município precisa identificar quais são as áreas importantes que precisam atuar de forma articulada no enfrentamento. Se é a área de educação, saúde, assistência social, planejamento, orçamento ou direitos humanos, por exemplo”, afirma Júlia. “Essa rede deve garantir que essas crianças sejam matriculadas e acompanhadas pelo período de um ano, ao menos”, acrescenta a representante do Unicef. Segundo Júlia, em casos de extrema vulnerabilidade, apenas o acompanhamento prolongado poderá verificar se as causas da evasão estão sendo superadas e se as crianças e adolescentes, após a rematrícula, estão de fato permanecendo na escola.

A plataforma será disponibilizada a todos os gestores municipais. Conforme a oficial de Educação, o engajamento de prefeitos e secretários é essencial para o funcionamento da estratégia. “Precisamos que a gestão municipal esteja engajada em identificar onde vivem esses meninos e meninas fora da escola”, diz.

Segundo Luciano Nery, titular da Coordenadoria de Acompanhamento e Avaliação da Seduc, os índices de evasão escolar no Ceará são considerados baixos se comparados aos do restante do País. No entanto, garantir a permanência dos alunos na escola, em especial os adolescentes, ainda é desafio.

Nery destaca que a Seduc adota ações de monitoramento e que a plataforma do Unicef poderá complementar o trabalho. “Fazemos a identificação dos alunos matriculados no ano anterior e que não apresentaram matrícula no ano em curso, monitoramos frequência escolar, para que, a partir disso, possamos ofertar a volta à escola com a possibilidade de reintegração e recuperação”, afirma.

Assunto: Como políticas de tempo integral impactam alunos e escolas

Fonte: ANDI

Data: 09/08/2017



A reforma do ensino médio chama a atenção da sociedade por conta do currículo mais flexível que pretende levar às escolas “percursos formativos”, em que o aluno poderá escolher áreas com as quais têm maior afinidade. Mas antes de analisar o que essa etapa de ensino pode se tornar, o Cenpec (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária) olhou para a situação atual de quatro redes – Ceará, Goiás, Pernambuco e São Paulo – para entender como elas atuam para incluir e fazer com que alunos permaneçam e concluam a educação básica. Os pesquisadores descobriram que existe uma grande distância socioeconômica e de desempenho entre o aluno do período parcial e do integral. Além disso, as escolas que oferecem mais de sete horas de ensino também causam uma autoexclusão daqueles que trabalham, querem trabalhar ou se sentem despreparados para encarar as novas exigências acadêmicas da instituição.

O estudo, que deu origem ao livro “Políticas para o ensino médio: o caso de quatro estados”, foi lançado nesta segunda-feira, 7, em São Paulo (SP). A obra ressalta ainda que existe uma espécie de “seleção não-oficial” para os diversos tipos de oferta de ensino médio. Por um lado, aumenta a proficiência daqueles que têm contato com a educação integral, enquanto, por outro, limita o acesso aos alunos de condições socioeconômicas menos favorecidas, o que aumenta a distância entre estudantes de diferentes classes sociais. Segundo a obra, o aluno de origem menos favorecida tende a estudar no período parcial, ter menor nível socioeconômico, baixo desempenho acadêmico e pouco capital cultural (atestado pela escolaridade da mãe). Além de defasagem idade-série, esse jovem precisa trabalhar enquanto estuda ou tem a perspectiva de ingressar no mercado de trabalho antes de finalizar a educação básica.

“É muito importante saber como essa relação ocorre, porque não é intenção dos gestores criar uma escola para que só entre um tipo de aluno. Não existe um maquiavelismo, mas sim processos sociais que conduzem a isso”, diz o coordenador de pesquisas do Cenpec, Antônio Augusto Gomes Batista. Para analisar o que estava por trás desse fenômeno, os pesquisadores separaram apenas a amostra de alunos que tinham a mesma característica socioeconômica que fazem educação integral e os que não fazem. Esse resultado foi então comparado com dados do Censo Escolar e de exames como o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) e avaliações estaduais.

“No Enem, os alunos de escola de tempo integral, apresentam um grande ganho, especialmente no Ceará, que possui um ensino médio profissionalizante”, disse o representante do Cenpec, que ainda lembrou que instituições de ensino em tempo integral selecionam, remuneram e acompanham professores de modo diferente.

Autoexclusão

Para explicar o que acontece com alunos que não são atraídos pelas escolas de tempo integral, Batista diz que existe um movimento de mão dupla. Ora os alunos não se veem preparados para um ensino que exige maior dedicação, ora é própria instituição que se mostra refratária ao indicar ao aluno que ele não se enquadra no perfil de uma escola de excelência. “Em São Paulo,

17% a 20% saem das escolas no momento que ela passa a ser de período integral no ensino médio”, disse.

Os impactos, segundo o pesquisador, também são sentidos por escolas vizinhas, que passam a receber alunos com maiores dificuldades de aprendizado. “Apesar de serem unidades isoladas, elas estão em relação relacionadas. Por isso, as escolas vizinhas precisam refazer suas identidades para manter seu prestígio e o laço com seus alunos”, explicou.

Batista citou ao público presente à Biblioteca Alceu Amoroso Lima a história de uma gestora que passou por uma situação parecida, que viu o Ideb de sua instituição cair após mudança de uma escola próxima para o período integral. Ao buscar alternativas, conseguiu, junto com professores e uma articulação com empresariado, estabelecer que só alunos com uma determinada nota poderiam conseguir seus primeiros empregos na região. “Ela criou uma identidade para a escola que cria laços ao inserir seus alunos no mercado de trabalho. Problemas com indisciplina e violência desapareceram, segundo os depoimentos de professores e da diretora”, disse o representante do Cenpec, que alertou, ao final de sua fala, que não são apenas políticas, mas pontos de vista e interpretações a respeito delas que apoiam o surgimento de desigualdades.

Assunto: Pesquisas apontam educação como 'escudo' contra criminalidade

Fonte: ANDI

Data: 09/08/2017



Estudos elaborados pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS) e pelo professor Daniel Cerqueira, do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), do Rio de Janeiro, apontam uma relação inversa entre o crime e a educação. Quanto maiores são as taxas de escolarização, menores são os registros de violência.

Cerqueira analisou a escolaridade das vítimas de homicídios no Brasil entre 1980 e 2010, e descobriu que quem estuda mais tem menos chances de morrer de forma violenta. Segundo o professor, a cada 1% a mais de jovens entre 15 e 17 anos fora da escola, a taxa de homicídio numa determinada localidade aumenta 2%.

"Percebemos que a chance de alguém que não tem o Ensino Médio sofrer homicídio no Brasil é 15,9 vezes maior do que alguém que tenha nível superior, o que mostra que a educação é um verdadeiro escudo contra os homicídios no Brasil", diz o pesquisador.

Na pesquisa do TCE-RS, realizada em municípios com mais de 100 mil habitantes, foram comparadas as taxas de escolarização e os registros de casos de violência. "Em municípios onde tinha maior taxa de abandono do [ensino] fundamental, a taxa de homicídio doloso é maior, e naqueles em que a expectativa de anos de estudo é menor, também havia maior número de homicídios", explica a auditora pública externa do TCE, Débora Brondani da Rocha.

Números de apenados no estado corroboram a relação. Mais 60% sequer concluíram o ensino fundamental, pois trocaram as salas de aula pelas ruas por volta do quinto ou sexto ano. É justamente nessa fase da vida, aos 12, 13 anos de idade, que os adolescentes podem encontrar no crime a identificação e o acolhimento que deveriam ter sido proporcionados pela escola.

"O maior critério de sucesso educacional seria sabermos quantos alunos não deixamos no meio do caminho", diz o professor.

Na faixa dos quatro aos 17 anos, 151 mil crianças e adolescentes ainda estão fora da sala de aula, segundo o movimento Todos pela Educação. Por trás do abandono, há escolas defasadas e sucateadas, além de problemas sociais que cercam as periferias.

"Você não dissocia a questão da educação da criança da realidade da família. O crime não é uma situação isolada, é uma decorrência. Quando você chega ao sistema prisional, o sistema prisional é a parte final do desastre social brasileiro", afirma o advogado e professor Luiz Marcelo Berger.

Quase 800 escolas a menos

A falta de recursos e de infraestrutura na educação gaúcha é mais um obstáculo na luta contra o crime. Nos últimos 20 anos, 793 escolas foram fechadas no estado, como aponta o Conselho Estadual de Educação.

Neste período, o investimento público em educação no estado passou de quase R\$ 6 bilhões em 1997 para R\$ 9,7 bilhões em 2015. Ainda assim, o montante é inferior ao previsto em lei. Desde 2001, os governos gaúchos não cumprem a Constituição Estadual, que manda destinar 35% dos impostos para a educação. No ano passado, a proporção ficou em 29,28%.

Berger defende um maior investimento na área em curto prazo para melhorar a situação das escolas no estado. "No mínimo entre cinco a 10 anos, que a gente comece a ter resultado se fizermos investimento a partir de agora. E essa é a pergunta que temos de fazer, se esse investimento vai vir ou não. E nós vamos qualificar esse investimento ou não vamos? Ou seja, vamos analisar se aquilo dá resultado ou não?", questiona.

Verba elevada para segurança

Enquanto falta investimento para educação, o dinheiro dos impostos destinado pelos governos para a segurança deu um salto, chegando a mais de R\$ 5 bilhões em 2016. Ainda que o Poder Público não poupe recursos para combater o crime, as estatísticas aumentam, provando que só repressão não diminui a violência.

Desde 2012, o número de presos no Rio Grande do Sul saltou de 29 mil para 34 mil. Para abrigá-los propriamente, o estado teria de criar cerca de 9,4 mil vagas, o que acarretaria em gastos de R\$ 500 milhões.

"Não há política pública que vai resolver o problema da criminalidade no Brasil em um prazo de dois três anos", diz o professor de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Rogério Maia Garcia.

'Masmorras medievais'

O diretor do Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados, José Vicente Tavares dos Santos, defende a educação em turno integral para evitar que os alunos. "As prisões não servem para nada, só para aumentar a capacidade criminal. As condições das prisões brasileiras, que são masmorras medievais, não ressocializam", disse.

Por cada preso cumprindo pena, o estado gasta hoje R\$ 24 mil por ano, valor suficiente para manter três alunos em uma escola estadual. O gasto tem poucos resultados, já que o sistema penitenciário, sucateado e superlotado, recupera muito pouco. Cerca de 70% dos detentos de presídios do estado já haviam sido presos outras vezes.

"O Brasil prende muito, mas ao mesmo tempo prende mal, e se pensar em construir presídios para dar segmento a essa política de encarceramento em massa nós dificilmente vamos conseguir transformar isso em reflexos positivos, no que diz respeito à diminuição dos índices de criminalidade", diz Garcia.

Assunto: Comissão mista aprova MP que altera regras para registro de nascimento

Fonte: Agência Câmara Notícias

Data: 09/08/2017



A Medida Provisória 776 possibilita que a certidão de nascimento indique como naturalidade do filho o município onde ocorreu o parto ou o de residência da mãe na data do nascimento, desde que localizado no País

Waldemir Barreto/Agência Senado



Fausto Pinato criticou a lei atual, que leva ao registro de criança em local sem vínculo com a família à qual pertence

A comissão mista que analisa a Medida Provisória [776/17](#) aprovou nesta quarta-feira (9) o texto da MP, que permite o registro de nascimento de criança no município de residência da mãe. A MP altera a Lei de Registros Públicos (Lei 6.015/73), que só autoriza o registro na localidade de nascimento.

A relatora na comissão, senadora Regina Souza (PT-PI), afirmou que essa decisão é pessoal e não pode ser proibida por lei.

"Faz diferença na questão da autoestima da pessoa. A criança cresce e sabe que é de um lugar onde a mãe mora, a família mora, mas nasceu na maternidade de um lugar onde não tem nenhuma afinidade, nenhum vínculo, não conhece esse lugar", disse a senadora. "[A mudança na regra do registro] é importante para a autoestima do registrando. E para a mãe também, que tem o prazer de registrar seu filho no lugar onde ela mora", afirmou.

O presidente da comissão, deputado Fausto Pinato (PP-SP), destacou que não existem maternidades em todos os municípios, o que obriga as mães a se deslocarem para terem seus filhos em outras cidades e, assim, acabam sendo registrados em um local sem vínculos com a família à qual pertencem.

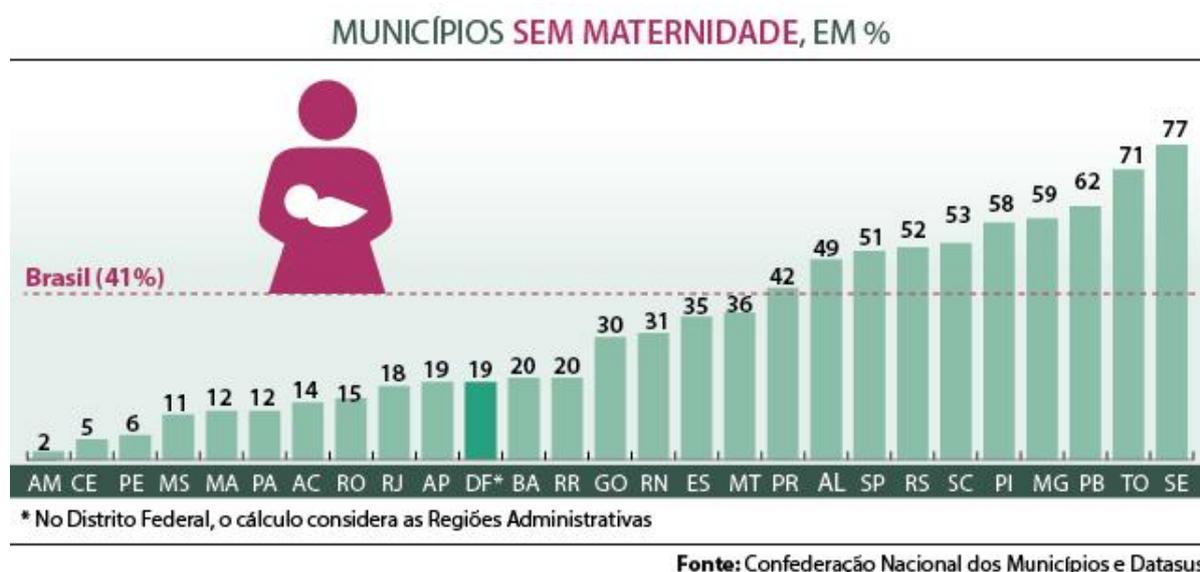
"Na verdade, é uma questão formal, porque já deveria ter sido assim. Essa legislação está muito atrasada, é importante o avanço", afirmou.

Possibilidade de alteração

Fausto Pinato disse que não houve tempo de a comissão analisar sugestões feitas de última hora, como a de dar o mesmo direito previsto na MP àqueles que nasceram antes da edição da medida. Esse ponto, segundo ele, poderá ser discutido em Plenário. "É poder estar retroagindo essa lei para aqueles que querem adequar o seu nascedouro", disse o deputado.

Em resposta a um questionamento, Pinato explicou que a MP não tem impacto na distribuição de recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que é calculado com base no número de moradores e não de pessoas que nasceram em determinada localidade.

A MP 776 ainda precisa ser votada nos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado.



Reportagem – Karla Alessandra
Edição – Pierre Triboli

Íntegra da proposta:

- [MPV-776/2017](#)

Assunto: Especialistas debatem as consequências de abrigos para crianças

Fonte: Agência CNJ Notícias

Data: 09/08/2017



Raciocínio abaixo da média, atraso escolar, depressão, pseudoautismo e insegurança são algumas das consequências para crianças e adolescentes que passam por abrigos, na avaliação de especialistas que trabalham nas redes de acolhimento em parceria com o Poder Judiciário.

As consequências psicológicas desse processo para crianças e adolescentes foram tema do *workshop* em Curitiba, organizado pela Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para debater mudanças no Cadastro Nacional de Adoção (CNA).

No Brasil existem em torno de 46 mil crianças e adolescentes em situação de acolhimento, que vivem atualmente nas quase 4 mil entidades acolhedoras credenciadas junto ao Judiciário em todo o País, conforme dados do Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas (CNCA), coordenado pela Corregedoria. No entanto, conforme demonstra o cadastro de adoção, das crianças que vivem em abrigos, 7,850 mil estão disponíveis para adoção e há 40,5 mil pretendentes à espera de uma criança.

De acordo com a psicóloga e professora da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Lídia Natália Dobriansku Weber, que pesquisa abrigos há quase 30 anos, crianças em instituições recebem respostas inconsistentes quando choram ou passam por situações de estresse, já que nem sempre é possível que alguém esteja disponível para confortá-las. O ambiente empobrecido de estímulos, sem retorno afetivo, acarreta menos conexões cerebrais no desenvolvimento das crianças.

“O amor familiar é o que nos constitui, aprendemos na família a amar o nosso semelhante. Não é o tipo de família que é importante, mas as relações que se desenvolvem nela”, diz Lídia, autora do livro “Pais e filhos por adoção no Brasil: características, expectativas e sentimentos”.

“Sinto uma dor dentro de mim que não passa”, “A vida inteira eu quis ter uma família e fui privada disso”, “não tenho ideia de como vai ser a vida”, “será que não teria ninguém no mundo que quer ficar comigo?” –, as frases foram relatadas à psicóloga Lídia em pesquisa feita nos abrigos do Paraná, na qual se constatou que pelo menos 25% das crianças e adolescentes tinham sinais de depressão.

Pseudoautismo

O encaminhamento de crianças e adolescentes para famílias que possam cuidar delas até que retornem à família de origem ou sejam encaminhadas à adoção, as chamadas famílias acolhedoras, tem sido uma alternativa para assegurar que crianças pequenas recebam um tratamento individualizado.

De acordo com Lídia, na Europa existem leis que proíbem que crianças com menos de três anos estejam em abrigos devido ao prejuízo que isso causa em sua formação. “Essas crianças em instituições grandes podem acabar voltando-se para si mesmas, o que a gente chama de um pseudo-autismo”, diz Lídia. O termo costuma ser utilizado em casos de crianças expostas a condições de extrema precariedade de condições psicossociais.

Na opinião da psicóloga Maria da Penha Oliveira, coordenadora da ONG Aconchego – parceira do poder judiciário em programas de preparo e acompanhamento de adoção e de apadrinhamento afetivo, entre outros –, a fase de vida de zero a seis anos é a mais importante da criança, cujo desenvolvimento vai influenciar muito o adulto que se tornará. “Já é consenso que uma criança nessa fase não pode ser acolhida em um espaço coletivo, precisa de cuidados individuais”, diz Penha.

Desenvolvimento atrasado e falta de referência

A ONG Aconchego está em tratativas com o Governo do Distrito Federal (GDF) para implantação, até o fim do ano, de um programa de famílias acolhedoras – no DF, há cerca de 300 crianças em situação de acolhimento. “A criança pequena percebe a si mesma e à mãe como um ser único. Precisa de um cuidador que represente a figura materna e faça esse vínculo”, diz Penha.

Na opinião da psicóloga Tatiana Barile, do Instituto Fazendo História, em São Paulo, os danos do acolhimento para a primeira infância são muito mais irreversíveis do que nas outras idades. O Instituto Fazendo Histórias é responsável, atualmente, pela capacitação e acompanhamento de dez famílias no Estado. A psicóloga diz que, nas instituições, os bebês geralmente são cuidados por cuidadores que se dividem em quatro turnos durante o dia, cada um com seu jeito – em um dos abrigos que o instituto acompanha, o mesmo bebê era colocado para dormir cada dia em um berço, por exemplo. “Por melhor que seja a instituição de acolhimento, questões institucionais prejudicam. Os bebês se apegam à voz, ao jeito de conversar, e a partir dessa referência se sentem seguros para o desenvolvimento”, diz.

A psicóloga Tatiana lembra de um estudo feito por pesquisadores da universidade de Harvard, durante 16 anos, em instituições de acolhimento da Romênia com bebês que foram institucionalizados. O estudo concluiu que para cada ano que passa em uma instituição, o bebê perde quatro meses do seu desenvolvimento cerebral e de sua autonomia.

Atraso escolar e tráfico de drogas

Preocupada com a situação de adolescentes que estão prestes a completar 18 anos de idade e têm de deixar o abrigo sem perspectiva de trabalho ou estudo, o Instituto Amigos de Lucas – ONG do Rio Grande do Sul que trabalha há 19 anos em programas de adoção e apadrinhamento – firmou parcerias com universidades para oferecer 80 bolsas integrais em cursos técnicos. As bolsas foram ofertadas a jovens que vivem em instituições de acolhimento de Porto Alegre e têm entre 15 e 17 anos, realidade de 657 adolescentes.

No entanto, apenas três vagas foram preenchidas, com os únicos jovens que estão nessa faixa etária e cursam o Ensino Médio, como seria o esperado para a idade. “A defasagem escolar é a regra nos abrigos. Nas instituições, em geral, ninguém cobra que a criança estude, não há alguém que realmente se preocupe com o fato de ela ter feito dever de casa, por exemplo”, diz Rosi Prigol, presidente do Instituto Amigos de Lucas.

No Rio Grande do Sul, há 5 mil crianças e adolescentes vivendo em instituições de acolhimento. De acordo com Rosi, em Porto Alegre, há apenas uma república disponível para acolher os jovens que deixam o abrigo e conseguir vagas é quase impossível. O caminho desses adolescentes que deixam o abrigo sem perspectiva de trabalho ou estudo é, muitas vezes, o tráfico de drogas. “Eles deixam o abrigo e vão morar nos presídios”, diz Rosi.

Possibilidade de recuperação

Apesar de achar que nada é mais difícil do que o desamparo de uma criança, Lídia afirmou, durante o *workshop*, que mesmo passando por uma situação de acolhimento o cérebro pode se recuperar caso essas crianças contem depois com um cuidador que promova carinho e segurança.

Para Lídia, é preciso combater as causas do abandono, como a pobreza, o despreparo dos pais e a ausência de apoio familiar. “Pobreza não é motivo de se fazer uma destituição familiar. Mas quem são as crianças que estão em abrigos? São os pobres, infelizmente são duas coisas que se acumulam”, diz.

Luiza Fariello
Agência CNJ de Notícias

Assunto: Estratégia de adoção: pais para crianças e não crianças para os pais

Fonte: Agência CNJ Notícias

Data: 09/08/2017



A data de 29 de março de 2017 será sempre comemorada na família da gaúcha Vivian Pilz – foi neste dia que sua filha Bruna, adotada aos seis anos, chegou em casa. A espera pelo encontro, no entanto, não foi longa como costuma ser: o casal estava habilitado para adoção desde junho do ano passado e Bruna, há cerca de seis meses em um abrigo na cidade de Vargem Grande do Sul, na divisa entre São Paulo e Minas Gerais.

A rapidez com que a adoção interestadual aconteceu se deve à estratégia da busca ativa, já usada em diversas regiões do País, que tem o objetivo de conseguir famílias para as crianças que esperam em abrigos pela adoção.

A ideia central da busca ativa é conseguir pais para crianças, em vez de crianças para os pais. Em outras palavras, efetivar as adoções necessárias – em geral, de crianças mais velhas e grupos de irmãos -, em lugar de esperar por anos que uma criança idealizada seja incluída no cadastro.

Por meio de parcerias com as Varas de Infância, algumas Organizações Não-Governamentais (ONGs) e órgãos como o Ministério Público têm coordenado buscas entre os casais habilitados para adoção, para encontrar pais para aquelas crianças que não possuem pretendentes

disponíveis no [Cadastro Nacional de Adoção](#), coordenado pela Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Os pretendentes à adoção geralmente frequentam reuniões de apoio e se comunicam com frequência em grupos de *WhatsApp*, o que facilita a busca. Foi deste modo que Vivian foi avisada pelo [Instituto Amigos de Lucas](#), que atua no preparo e acompanhamento de famílias adotivas de Porto Alegre, da existência de Bruna. A menina foi parar no abrigo após a morte de sua mãe biológica.



A exigência feita no Cadastro Nacional de Adoção por Vivian e seu marido – já pais de dois filhos biológicos – era apenas de que fosse uma menina, independentemente da idade, cor ou qualquer outra condição. “Ficou claro, desde que começamos a frequentar o grupo de busca ativa, que existe a idealização do filho perfeito, mas queríamos um filho real”, diz Vivian, que planeja adotar outra criança.

A adoção de Bruna foi uma das 287 já realizadas, desde 2009, por meio da busca ativa feita pelo Instituto Amigos de Lucas. A presidente do instituto, Rosi Prigol, disse que entre as regras do programa está a de encontrar apenas pais previamente habilitados no cadastro. Além disso, não há pagamento pela busca ativa. Qualquer tentativa nesse sentido deve ser denunciada.

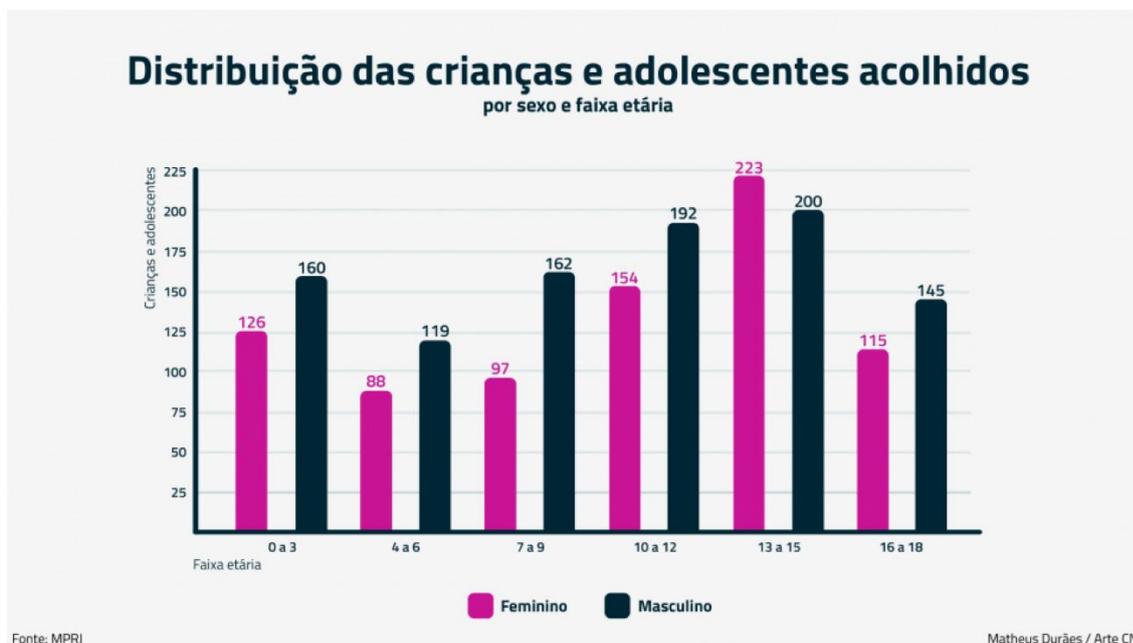
“Quero uma família”

Considerando o significativo número de crianças e adolescentes acolhidos já em condições de serem adotados sem que tenham sido encontrados pretendentes interessados, o Ministério Público do Rio de Janeiro instituiu, por meio da [Resolução 2.041](#), de 27 de abril de 2016, o programa “Quero uma família”. O objetivo é que, por meio da busca ativa, pessoas que se habilitaram inicialmente para um perfil mais restrito tenham ciência da existência de crianças disponíveis fora desse perfil, aumentando as chances de adoção.

Atualmente, há 116 crianças e adolescentes inseridas no sistema do “Quero uma família” e com 60 pretendentes inscritos. Para consultar o sistema, é preciso estar já habilitado para adoção em qualquer município brasileiro e solicitar uma senha para o Ministério Público do Rio de Janeiro, que será concedida mediante verificação de diversos dados. De acordo com o promotor do

MPRJ Rodrigo Medina, as crianças que estão nesse sistema se encontram fora do perfil procurado pelos pretendentes. “São crianças acima de sete anos, grupos de irmãos que não podem ser separados devido ao vínculo constituído ou crianças com doenças ou deficiências”, diz.

O sistema permite a inclusão de informações adicionais sobre a criança, como fotos, desenhos e textos feitos por ela e cartas, entre outros, procurando dar visibilidade e incentivar a ampliação do perfil desejado pelos pretendentes. “Por meio do sistema, um casal adotou um bebê com microcefalia”, diz Medina.



As informações para o programa “Quero uma família” são coletadas por meio do “Módulo Criança e Adolescente”, um sistema *online* desenvolvido pelo Ministério Público fluminense para que diversos atores envolvidos no processo de acolhimento – como o conselho tutelar, instituições e varas de infância – possam inserir dados sobre as crianças em abrigos, eliminando trâmites burocráticos de comunicação entre os órgãos.

Mudanças no CNA

Uma das propostas em discussão na Corregedoria do CNJ para aperfeiçoamento do Cadastro Nacional de Adoção (CNA) é justamente a inclusão de fotos e vídeos de crianças que estão aptas à adoção, especialmente daquelas que não possuem pretendentes disponíveis no cadastro. O objetivo é dar a oportunidade para que pretendentes possam conhecê-las e pensar na possibilidade de ampliar o perfil inicialmente desejado.

As propostas de aperfeiçoamento do cadastro estão sendo estudadas a partir de sugestões de juízes e técnicos das Varas de Infância em *workshops* realizados em todas as regiões do País pela Corregedoria do CNJ. O quinto e último *workshop* será realizado nos dias 24 e 25 de agosto, em Brasília.

Luiza Fariello
Agência CNJ de Notícias

Assunto: Seminário debate direitos das crianças nas metrópoles e importância de programas de proteção integral à infância

Fonte: Rede Nacional Primeira Infância

Data: 09/08/2017



A Câmara Municipal recebe o Seminário “**A Cidade e a Criança**”, na próxima sexta-feira, 11/08, das 9h às 13h30, no auditório Prestes Maia, aberto a público especializado e inscritos e com transmissão ao vivo pelo Streaming da casa legislativa. Link: (<http://www.camara.sp.gov.br/transparencia/auditorios-online/auditorio-prestes-maia-2/>). A programação se propõe a discutir a **construção de políticas públicas para a primeira infância nas grandes cidades, a humanização do território urbano e a importância de legislação específica para o desenvolvimento integral da criança.**

O encontro tem como convidado especial Vital Didonet, professor, filósofo e assessor legislativo da Rede Nacional da Primeira Infância (RNPI), que irá proferir aula Magna sobre o Marco Legal da Primeira Infância. Didonet é autor da publicação: **[“A intersectorialidade nas políticas para a primeira infância”](#)** e foi consultor do Marco Legal Nacional (13.257/2016). Participarão ainda da mesa de palestras Leonardo Yanez, representante sênior da Fundação Bernard van Leer para a América Latina, que apresentará, pela primeira vez no Brasil, em São Paulo, a solução **Urban95**, que estimula que cidades sejam espaços mais humanizados às crianças, lançada em outubro do ano passado, em Bogotá, e enfatiza o **protagonismo infantil no planejamento urbano de grandes cidades.**

Ana Estela Haddad, ex-coordenadora da São Paulo Carinhosa, irá destacar a importância de **políticas intersetoriais para a infância**, e a vereadora Juliana Cardoso, autora de projeto de lei que cria o **Plano Municipal da Primeira Infância**, deverá abordar a importância da escuta e participação social na construção de projetos de lei.

O Seminário recebeu o apoio do mandato da vereadora Juliana Cardoso (PT) em parceria com o projeto SP95-Cidade Carinhosa, e também da Fundação Bernard van Leer (da Holanda), em cooperação com o Instituto Brasiliana (de cultura brasileira) e apoio do Centro de Estudos da Metrópole – CEM (Cebrap, Universidade de São Paulo).

A programação do Seminário “A Cidade e a Criança” vai das 9h às 13h30 e inclui uma apresentação da pesquisa realizada pelo Centro de Estudos da Metrópole sobre o SP95, com ênfase no Glicério, apresentação em primeira mão do trailer do documentário A Cidade e a Criança, fruto do projeto.

O encontro é aberto a convidados, especialistas em primeira infância, agentes públicos e representantes da sociedade civil e movimentos populares, sujeito a lotação do local. “O objetivo deste seminário é promover um encontro de formação e reflexão sobre a necessidade de humanizar as grandes metrópoles e cidades da América Latina para a criança e debater a importância da construção de marcos municipais de proteção integral à infância, que una, além da educação, saúde e assistência social, vários outros campos, como habitação, cultura e desenvolvimento urbano”, explica Ana Estela Haddad, coordenadora do projeto de pesquisa e de consultoria em política pública para a infância Cidade Carinhosa, e ex-coordenadora do programa São Paulo Carinhosa. “O Seminário será uma ótima oportunidade para discutirmos políticas públicas para a infância na casa legislativa, no diálogo entre diferentes vozes, partidos, visões e a sociedade civil”, afirma.

São Paulo 95 centímetros

O SP95 é um dos focos principais do Seminário. A sigla dá nome a um dos programas criados pela São Paulo Carinhosa no eixo Plano de Metas do governo e do Plano Diretor de direito à cidade, por meio de convênio da Prefeitura de São Paulo, com a Bernard van Leer, e gestão executiva do Instituto Brasiliana. Inspirado no Urban95, o SP95 envolveu um estudo de caso sobre a implementação da São Paulo Carinhosa no bairro do Glicério, um dos 10 territórios que foram priorizados por um conjunto de ações intersetoriais, e baseadas nas necessidades locais identificadas, e em diálogo com a comunidade.

“Entendemos que acolher um seminário que pudesse discutir política públicas já realizadas, novas propostas na Câmara, ouvir a opinião de grandes especialistas, num mesmo espaço com a comunidade e com fundações internacionais que estudam o tema na América Latina, como o Urban95, pudessem servir de espaço para grande aprendizado em conjunto”, explicou Juliana. “É importante ouvir o que especialistas nos dizem sobre como a ciência pode nos ajudar a construir políticas públicas consistentes para crianças e suas famílias”, opina a vereadora Juliana Cardoso, autora de projetos em saúde da mulher, humanização do parto, direitos humanos e assistência social. Para a vereadora, a Câmara deve ser também um espaço de formação, que traga conhecimentos dos mais diversos para que o legislativo possa, de fato, construir políticas perenes. “É urgente a construção de políticas públicas para a infância e um ótimo momento para que os vereadores conheçam os projetos uns dos outros, um espaço aberto e de reflexão e que a comunidade se integre e se aproprie, não permitindo descontinuidades.”
América Latina

Hoje, 54% da população mundial vivem nas grandes cidades. A expectativa é que isso siga crescendo, chegando 66% até 2050. A América Latina é região mais populosa do mundo, com 76% vivendo no meio urbano e, segundo a Organização Mundial de Saúde, mais de 86% viverão nas áreas urbanizadas. Pensando nisso, atores de vários países buscam preservar o espaço da criança nessa urbanização. Leonardo Yanez, Representante Sênior da Bernard van Leer para a América Latina, que vem ao Brasil especialmente para este evento, explica que o

SP95 foi a primeira experiência de um projeto da Fundação na América Latina da linha Urban95. Lançada em 2016, em Bogotá, essa solução patrocina projetos que possam transformar as cidade em melhores locais para as crianças viverem. E esta teve bastante afinidade com o recorte que o programa São Paulo Carinhosa realizava no Glicério, focado em fortalecer famílias com crianças pequenas que moram em habitações precárias, como cortiços e pensões. “Partimos do princípio de que se uma cidade é boa para a infância, ela é boa para todos e agora vamos conhecer a pesquisa sobre esse primeiro projeto que a Bernard van Leer apoiou no Brasil e na América Latina”, detalha Yanez, para quem “a pobreza é um dos piores tipos de violência que a criança pode sofrer”. Em sua palestra, ele irá comentar experiências realizadas na América Latina e como a Fundação chegou ao conceito de criação do Urban95.

Serviço: Seminário A Cidade e A Criança. 11 de agosto, das 9 às 13h30, Câmara Municipal de São Paulo, Auditório Prestes Maia. 1º andar. Viaduto Jacareí, 100.

(Fonte: Terciane Alves e Isabela Palhares)

Assunto: GT de Educação Infantil entrega contribuições da Rede Nacional Primeira Infância à terceira versão da Base Nacional Comum Curricular

Fonte: Rede Nacional Primeira Infância

Data: 09/08/2017



A Rede Nacional Primeira Infância entregará hoje, dia 9 de agosto, sua contribuição à terceira versão da **Base Nacional Comum Curricular** ([clique aqui para acessar a íntegra](#)), em Brasília. O documento foi elaborado pelo GT de Educação Infantil, e expressa considerações e sugestões sobre o texto da base referente à **educação infantil**, etapa da educação voltada às crianças na primeira infância. A apresentação será feita em audiência na Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, e diversos integrantes da RNPI tem participado das audiências públicas regionais.

No texto, a RNPI recomenda que o texto introdutório da educação infantil na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) explicita com mais clareza **a concepção educacional** desta etapa do ensino. “Recomendamos que expresse qual é a concepção de criança e infância e que **fale da singularidade e diversidade**, do direito à educação a partir do nascimento. Igualmente importante é abordar **a aprendizagem como processo pelo qual a criança se constrói**, o papel mediador do professor, que cuida e educa ao mesmo tempo. Da mesma forma, é importante dar a devida atenção à **relação escola e família** e à ação complementar da educação infantil à aprendizagem e desenvolvimento que ocorre no **contexto familiar e comunitário**“, afirma o documento.

Outro ponto destacado é a ausência de abordagem no texto da BNCC sobre a **relação entre cuidar e educar**. ” Não é explicitada nos princípios a ideia de que é nesta faixa etária que as crianças estão ativamente voltadas à construção da sua subjetividade e que esta é a base das aprendizagens e do desenvolvimento. Isto é grave, pois desvincula o educar do cuidar, criando fortes expectativas cognitivas em detrimento de outros âmbitos fundamentais do desenvolvimento humano”.

Outro ponto sugerido pela RNPI é que os **objetivos de aprendizagem** não sejam determinados por faixas etárias rígidas, mas sim em grupos como bebês, crianças bem pequenas, e crianças pequenas. “Nesta terceira versão, os objetivos de aprendizagem não têm correlação entre si ao longo da escolaridade, conforme se deseja, e estão expressos de maneira pouco clara, além de alguns revelarem uma completa incompreensão de como a criança pequena aprende. Alguns objetivos desconsideram a criança como sujeito da aprendizagem, colocando-a como receptáculo de informações que por vezes vão além e outras vezes ficam aquém do que as crianças são capazes. Quando não revelam simplesmente terem por base concepções ultrapassadas”.

O documento, elaborado pelos integrantes do GT, é assinado por Cisele Ortiz, coordenadora do GT de Educação Infantil e coordenadora adjunta do Avisa Lá, e por Claudius Ceccon, coordenador da secretaria executiva da Rede Nacional Primeira Infância / CECIP – Centro de Criação de Imagem Popular.

Audiências regionais

Além da entrega em Brasília, as organizações integrantes da RNPI estão organizadas para marcar presença nas audiências públicas regionais sobre a terceira versão da BNCC. Na audiência da região nordeste, que aconteceu no dia 28 de julho, em Recife, estiveram presentes a Avante ([clique para ver a matéria](#)) e a Uncme, que é secretaria executiva da Rede Estadual pela Primeira Infância de Pernambuco. As próximas audiências acontecerão em Florianópolis, no dia 11 de agosto, São Paulo, dia 25 de agosto, e em Brasília, no dia 11 de setembro.

Assunto: Juízes defendem famílias acolhedoras como alternativa aos abrigos

Fonte:

Data: 09/08/2017



Por: Luiza Fariello - Agência CNJ de Notícias

Encaminhar crianças e adolescentes com direitos violados e em situação de acolhimento para uma família que possa oferecer carinho, cuidados e proteção tem sido o desafio de diversos magistrados do País.

Em vez de enviar crianças para os tradicionais abrigos, juízes estão apostando na capacitação de famílias que recebam essas crianças até que elas possam retornar à família de origem ou sejam encaminhadas para adoção.

Durante o *workshop*, em Curitiba, organizado pela Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), os magistrados apresentaram programas de [famílias acolhedoras](#) e debateram as consequências psicológicas em crianças que passam por situações de acolhimento. De acordo com a juíza Luciana Assad Luppi Ballalai, da Vara da Infância e Juventude de Foz do Iguaçu/PR, entre as vantagens do acolhimento familiar está a garantia da convivência familiar e comunitária, o atendimento individualizado, especialmente para os bebês, e o fortalecimento de vínculos afetivos com pessoas de referência por meio desta vivência na dinâmica familiar.

“Situações como desabrigar um jovem prestes a completar 18 anos, que tem de deixar o abrigo sem ter qualquer autonomia financeira ou emocional, foram minimizadas com o acolhimento familiar”, disse a juíza Luciana.

Foz do Iguaçu/PR é um dos municípios que está na transição do acolhimento institucional para o modelo de famílias acolhedoras – já existem na comarca 27 famílias acolhedoras aptas e cadastradas e 36 crianças e adolescentes que vivem com famílias acolhedoras, enquanto 105 ainda estão em abrigos. Cada família recebe um subsídio por criança ou adolescente acolhido que corresponde ao salário mínimo de R\$ 937,00.

Para proporcionar o acolhimento familiar, a capacitação e o acompanhamento das famílias inscritas no programa, o Poder Público de Foz do Iguaçu fez uma parceria com a Associação Fraternidade Aliança (AFA), uma entidade sem fins lucrativos e com projetos sociais voltados para a comunidade. Após seleção de famílias, capacitadas em sete oficinas com carga horária total de 28 horas, ocorre a visita domiciliar e uma testagem psicológica de todos os membros da família.

Assista aos vídeos com depoimentos das crianças e das famílias acolhedoras em Foz do Iguaçu:

https://youtu.be/4_s_qbB57DE

<https://youtu.be/5eKENXp4q3k>

De acordo com o Corregedor-Geral da Justiça do TJPR, desembargador Rogério Luís Nielsen Kanayama, o Paraná já é o estado com maior número de crianças em famílias acolhedoras do Brasil. “A Corregedoria tem se empenhado para estimular os magistrados a implantar os serviços de acolhimento familiar em substituição às instituições de acolhimento, os chamados abrigos”, disse.

O *workshop* de Curitiba é o quarto evento realizado este ano: [o primeiro ocorreu em Maceió](#), em abril, durante o XX Fórum Nacional da Justiça Juvenil (Fonajuv); o segundo, no Rio de Janeiro, em maio, como parte do III Encontro Nacional da Justiça Protetiva; e o [terceiro, em Belém](#), em junho. O quinto e último *workshop* será realizado dias 24 e 25 de agosto em Brasília.

Assunto: TJPB: Juízes discutem serviço de regionalização de acolhimento para crianças e adolescentes

Fonte: Abramijn

Data: 09/08/2017



Por: TJPB

Os juízes Adhailton Lacet Porto, coordenador estadual da infância e da juventude do Tribunal de Justiça da Paraíba, e Graziela Queiroga Gadelha, titular da Comarca de Lucena, participaram, nesta segunda (7), de uma reunião na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano – SEDH, com a secretária Professora Maria Aparecida Ramos de Menezes. Na pauta, a discussão sobre o serviço de regionalização de acolhimento para crianças e adolescentes a ser implantado pelo Governo do Estado em diversos municípios paraibanos.

O serviço já foi implantado nas comarcas de Lucena, Guarabira, Pedras de Fogo e Soledade. Ainda serão instaladas as instituições de acolhimento na modalidade Casa Lar nas comarcas de São João do Rio do Peixe, Itaporanga e São Bento. A parceria do TJPB com a SEDH se deu com a cessão de imóveis, que eram utilizados como casas dos juízes, mas que se encontravam desocupadas, para utilização como casa de acolhimento.

Os magistrados também discutiram sobre a implantação da Central de Acolhimento Estadual, com a pactuação do fluxo de atendimento entre o Sistema Único de Assistência Social -SUAS e o Sistema de Justiça, cuja proposta tem por base a Resolução nº 31/2013, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, que aprova princípios e diretrizes da regionalização no âmbito do SUAS, parâmetros para a oferta regionalizada do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, e do Serviço de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens, e critérios de elegibilidade e partilha dos recursos do cofinanciamento federal para expansão qualificada desses serviços.

Para o juiz Adhailton Lacet a reunião foi “oportuna, pois se esclareceu o funcionamento do serviço, definindo a pactuação e responsabilidade dos municípios abrangidos pela regionalização”. A juíza Graziela Queiroga avaliou que “a reunião foi bastante produtiva. Pudemos esclarecer diversos pontos acerca da regionalização do Acolhimento institucional, desde os que já estão em funcionamento e unidades em fase de implantação”.

Participaram também da reunião Macia Cristini Bezerra, psicóloga da COINJU e representantes da alta e média complexidade da SEDH.

Assunto: Série “Um olhar sobre a adoção” - Adoção e futebol: um gol de placa

Fonte: Assessoria de Comunicação do Instituto Brasileiro de Direito de Família

Data: 09/08/2017



A preferência por crianças de até sete anos de idade, por parte dos pretendentes à adoção, tem como consequência a permanência de menores, os quais já ultrapassaram esta faixa etária, nas instituições de acolhimento. Dados do Núcleo de Apoio ao Cadastro Nacional de Adoção (NACNA) do Recife (PE) dão conta de que há, na capital pernambucana, 37 crianças e adolescentes na expectativa de serem adotados. Destas, 35 (94,5%) têm entre sete e 17 anos de idade. Vale ressaltar que 191 famílias residentes no município estão inscritas no CNA – Cadastro Nacional de Adoção, à espera do(a) filho(a) adotivo(a). A conta não fecha.

“A população, quando pensa em adoção, deseja bebê e menina - branca e sem deficiência, para complicar ainda mais”, é o que afirma Danielly Silva, Coordenadora Executiva do Lar Rejane Marques, instituição de acolhimento localizada no Recife. De acordo com ela, o perfil das crianças e dos adolescentes abrigados, no entanto, é “totalmente” diferente. “Isso resulta numa longa espera por parte de pessoas que querem adotar e não conseguem, imaginando ser burocracia. As crianças, que sonham em ter pais adotivos, ficam frustradas e permanecem nos abrigos”, lamenta Danielly, que ainda cita a situação daquelas que possuem algum tipo de deficiência: “É ainda pior, mesmo para as que têm menos de sete anos de idade. Ainda há muito preconceito em ambas as situações”.

Atualmente, existem oito crianças/adolescentes abrigados no Lar Rejane Marques, à espera de uma família. Destes, sete têm mais de sete anos de idade. Hoje, porém, suas chances são maiores. Qual o motivo? “O Juizado fez caricaturas das crianças e as colocou na internet, juntamente com a história de cada uma delas. Elas foram levadas a um jogo do Sport [Club do Recife], entraram em campo com os jogadores e acompanharam a partida. As pessoas presentes no estádio, que se identificaram com as crianças, entraram em contato com o Juizado para adotá-las”, conta a coordenadora da instituição.

A iniciativa é parte do Projeto “[Adote um Pequeno Torcedor](#)”, criado por meio de parceria entre o Sport, a Segunda Vara da Infância e da Juventude do Recife e o Ministério Público de Pernambuco. Seu objetivo é encontrar famílias para as crianças que vivem nos abrigos, sobretudo para as que já completaram os sete anos ou ultrapassaram esta faixa etária. “No Brasil, quase 94% dos pais interessados em adotar, buscam crianças menores de sete anos. No entanto, 78% das crianças que estão esperando por uma adoção já passaram desta idade. A maior motivação é colocar uma luz sobre o assunto e, como o clube [Sport] é, por si só, um agrupador de pessoas, a intenção é engajar nossos torcedores em mais esta ação”, expõe Melina Amorim, gerente de Marketing do Sport Club do Recife.

Ela afirma que a ideia é que a paixão pelo futebol seja a primeira conexão entre futuros pais e filhos. “[O objetivo do projeto] É ser um caminho para que pais se apaixonem pelos perfis das

crianças e, a partir daí, se interessem em iniciar o processo legal de adoção”, acrescenta. Importante salientar que o “Adote um Pequeno Torcedor” não se limita ao Rubro-Negro da Ilha do Retiro. Melina revela que algumas crianças e adolescentes participantes não torciam pelo clube, o que não as impediu de integrar o programa.

“A paixão por um clube é algo que não se explica. Utilizar esse amor como ferramenta de união é um caminho para gerar empatia e fazer novas conexões, ou ainda, restabelecer relações antigas, que se perderam com o tempo”, complementa a gerente de Marketing. Quando lançado, em agosto de 2015, o projeto encontrou 43 crianças e adolescentes abrigados [nem todos eram torcedores do Sport], os quais tinham entre sete e 17 anos de idade. Nestes dois anos, 19 já foram recebidos por famílias adotivas.

Do Recife para Belo Horizonte

O “gol de placa” do Sport inspirou outra equipe brasileira: o Cruzeiro Esporte Clube, sediado em Belo Horizonte (MG). No dia 7 de julho, em evento realizado na Toca da Raposa II [centro de treinamentos do clube], o time mineiro lançou a campanha “[Adote um Campeão](#)”. Idealizado em parceria com o Grupo de Apoio à Adoção da capital mineira (GAABH) e o Grupo de Apoio à Adoção de Santa Luzia (MG) (GADA), com apoio das Promotorias e Varas da Infância e da Juventude de BH e Santa Luzia, o projeto tem o mesmo objetivo da iniciativa do Sport: estimular a adoção de crianças e adolescentes de sete a 17 anos de idade, que vivem em centenas de instituições de acolhimento.

O programa vem ao encontro da realidade dos abrigos mineiros. De acordo com dados do Juizado da Infância e da Juventude de Belo Horizonte - extraídos em julho deste ano -, 581 crianças e adolescentes se encontram disponíveis para adoção em Minas Gerais (sendo 72 em BH). Existem, em todo o estado, 4.657 pretendentes à adoção, sendo que 4.601 (98,7%) desejam crianças de até sete anos de idade. Portanto, há muito o que se fazer.

“O futebol é o esporte mais praticado no mundo. Mais de 80% dos brasileiros torcem para algum time e nós sabemos o poder midiático que o Cruzeiro tem. O clube chama muita atenção toda vez que entra em um projeto social desta envergadura. O nosso objetivo é dar visibilidade, mostrar essas crianças e convidar a todos a adotarem um campeão”, disse Marcone Barbosa, diretor de Marketing do Cruzeiro, em entrevista ao site oficial da equipe.

Gerente de Futebol do Cruzeiro, o ex-meio-campista Paulo César Tinga é o embaixador do “Adote um Campeão”. Consagrado dentro das quatro linhas, o agora dirigente tornou-se o Camisa 10 no time da adoção tardia. “Não é só para o cruzeirense, é para qualquer torcedor. E que a ideia seja propagada, assim como ‘copiamos’ a ideia do Sport, clube pioneiro nesta causa. O futebol tem a obrigação de contribuir [para questões sociais], por tudo o que ele representa em termos de mídia”, afirma.

Desde os tempos em que corria atrás da bola, Tinga é do tipo que ‘veste a camisa’. Como incentivador do programa, ele demonstra o mesmo comprometimento e força de vontade. Pensa em adotar, Tinga? “Minha esposa e eu, juntamente com meus filhos, já vínhamos conversando a respeito. Aconteceu de eu estar participando de um projeto voltado à adoção tardia, que é uma ideia nossa. Todo mundo quer adotar bebê, né... mas pretendemos adotar uma criança com idade um pouco mais avançada”, afirma.



Gerente de Futebol do Cruzeiro, Tinga é o embaixador do "Adote um Campeão"

Foto: Washington Alves/Cruzeiro

O Brasil tem hoje mais de 47* mil crianças e adolescentes esquecidos em abrigos. É uma situação cruel e dramática, que envergonha o País. A [edição 31 da Revista IBDFAM](#), lançada em maio, tratou do tema adoção. Prestes a completar 20 anos de existência, o IBDFAM se junta à causa da adoção com a proposta de um [anteprojeto de Lei do Estatuto da Adoção](#), ponto de partida para o Projeto “Crianças Invisíveis”, que será lançado no XI Congresso Brasileiro de Direito das Famílias e Sucessões, de 25 a 27 de outubro, em Belo Horizonte, do qual esta série, Um olhar sobre a adoção**, também faz parte.

**Números oficiais do Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas: 47.133, em 24 de maio de 2017 – Fonte: Conselho Nacional de Justiça – CNJ.*

***Consultoria: Silvana do Monte Moreira, presidente da Comissão de Adoção do IBDFAM.*